

39º Encontro Anual da ANPOCS

GT13 Elites e espaços de poder

O “campo da segurança pública” no Brasil: cientistas sociais como grupo dirigente?

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos

O “campo da segurança pública” no Brasil: cientistas sociais como grupo dirigente?

Este trabalho se baseia em tese (Vasconcelos, 2014) sobre a formação de uma área de pesquisas sobre crime, violência e punição nas ciências sociais brasileiras (1968-2010), no qual analisamos o duplo papel de pesquisadores como construtores de padrões de autonomia científica e como reformadores se esforçando por transformar seus saberes em práticas de governo no âmbito do sistema de justiça criminal (polícias, penitenciárias e judiciário). Ao longo dos anos 1980 e 1990, observamos a criação de vínculos entre a eleição de temáticas, o reconhecimento científico e a legitimação política de pesquisadores como especialistas, consultores, formuladores e/ou gestores em segurança pública e justiça criminal a partir mobilizações relacionadas à construção da “violência urbana” como *problema público*¹, sobretudo em cenários de crises de segurança pública, que consideramos como janelas de oportunidade para a construção de projetos políticos de reforma.

Nos anos 2000, a constituição do “campo da segurança pública” seria a principal resultante desse processo². Trata-se de uma convergência nacional entre espaços acadêmicos – centros e fóruns de pesquisa como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública -,

¹ Ao falarmos em *problema público*, tratamos de entender como, em determinadas conjunturas, grupos sociais se organizam no espaço público no sentido de chamar atenção para o que consideram "problema", entrando em conflito, negociação e/ou colaboração para definir os seus contornos e os atores autorizados e responsáveis pela adoção de medidas para sua solução. Em geral, a literatura que trabalha este tema (Gusfield, 1981; Fuks, 2000, entre outros), o entende como um processo sincrônico envolvendo: 1) *reconhecimento pela sociedade* ou identificação do problema e ordenação da *agenda pública*, através da mobilização de grupos socialmente interessados; 2) *a legitimação pela ciência*, por meio da criação de disciplinas mais próximas das demandas sociais e administrativas, que auxiliam na definição do consenso sobre as demandas e da “terapêutica” adotada; 3) *a institucionalização pelo Estado*, com a formulação de uma política na *agenda governamental*; 4) a sua formalização e implementação; e 5) sua avaliação, pelo próprio Estado ou grupos organizados.

² Concebemos a ideia de campo político como *domínio de políticas públicas*, que se constitui através de um conjunto de ideias e propostas a respeito de problemas públicos e objetos de ação do Estado: “A formação de um domínio de política pública se define numa sucessão de debates públicos de manifestação de conflitos sociais e que a ação política ocorre continuamente na mobilização de recursos argumentativos e ideias por parte de atores políticos em distintas arenas públicas. Essas disputas, segundo Fuks (2000), são os conflitos que definirão a *policy image*, ou seja, o conjunto de ideias ou “pacotes interpretativos” que formam a cultura de um assunto público. A disputa definirá as ideias “vencedoras” e que passam a ser hegemônicas em um domínio de política. O processo de definição do que Fuks (2000) chama de “*policy image*” é a compreensão socialmente difusa de um objeto de política pública” (Pavez; Toledo; Gonçalves, 2012: 04-05). Um domínio de políticas públicas prevê, portanto, uma contínua construção social da realidade, permeada por conflitos. Mas, para constituir-se como arena política relativamente independente, ele tende a apoiar-se em um conjunto central de organizações voltadas à reflexão sobre os problemas e à promoção de soluções viáveis (Knoke, 2003).

e *arenas de políticas públicas* (Fuks, 2000) – capitaneadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ) e pelo Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP/MJ) -, alinhando profissionais da segurança pública e da justiça criminal, pesquisadores e ativistas, *redes de políticas públicas e comunidades epistêmicas* (Haas, 1992)³.

Privilegiamos como fontes memoriais, entrevistas presenciais⁴ e depoimentos⁵ constituídos em instrumentos de legitimação do que passou a ser nomeado como “campo da segurança pública”, a exemplo do livro *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil* (Lima & Ratton (orgs.), 2011). Através deste material buscamos a análise conjugada de dois processos: 1) estatização: formação de redes setoriais de intelectuais, políticos, operadores do direito e administradores dirigidos à legitimação de princípios causais, normativos e instrumentais aos quais estão identificados (Kaluszynski & Wahnich, 1998); 2) disciplinarização: autonomização institucional e cultural de diferentes temas de estudo e correntes teóricas através da constituição de especialidades ou disciplinas (Muchielli, 1998; Garland, 2009). No cruzamento entre estas duas dimensões buscamos delinear as relações de oposição estruturantes dos espaços em questão partindo do conceito de *campo científico* (Bourdieu, 1979), espaço de concorrência interna com grau relativo de autonomia, pautado por uma hierarquia em constante modificação por disputas entre grupos de pesquisa em busca de recursos burocráticos e reconhecimento.

³ *As comunidades epistêmicas* (Haas, 1992) são uma das principais maneiras de conceituar a morfologia e a atuação das redes de profissionais que reivindicam com autoridade política a partir de uma competência reconhecida em um domínio particular. Podendo reunir profissionais de disciplinas e origens variadas, as *comunidades epistêmicas* seriam caracterizadas por partilhar uma mesma crença a respeito das normas e princípios de ação social, das causas dos problemas observados e das noções de validade para definição do conhecimento no seu domínio de competência. Outra de suas características seria a sua capacidade de institucionalizar sua influência em políticas internacionais, aumentando as chances de convergência no comportamento de diferentes Estados. Como os decisores políticos solicitam sua opinião e lhes delegam responsabilidades, os membros desta rede se consolidam em torno de políticas públicas, tornando-se atores fortes tanto ao nível nacional como transnacional. Mas esta não é a única maneira de conceituar as redes que interagem no processo político. Estas variam de acordo com sua composição, seu modo e contexto de atuação, seja no estabelecimento da agenda política ou em sua transformação em proposições legislativas concretas.

⁴ Foram realizadas trinta entrevistas: doze com pesquisadores do Rio de Janeiro, dezessete com de São Paulo e um de Minas Gerais.

⁵ Além das revisões bibliográficas e teóricas sobre a área de estudo, que serão enumeradas posteriormente, trabalhamos com três livros principais: *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência* (2006) e *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil* (2011); e o primeiro *handbook* reunindo aquelas que seriam as principais referências de pesquisa: *Crime, polícia e justiça no Brasil* (2014).

Porém, cabe frisar que no recorte adotado, o “campo da segurança pública” não se confunde com o campo científico, embora a confusão interessada seja parte do esforço de legitimação de cientistas sociais como atores políticos. O “campo da segurança pública” é o *locus* onde se dá o cruzamento entre campo científico/intelectual das ciências sociais e do direito e o campo político, envolvendo operadores do direito, da segurança pública e da justiça criminal. Ou seja, a disputa pelo monopólio de posições no campo político não é expressão exclusiva de interesses materiais ou ideologias, mas também de relações de forças internas ao campo científico. Nesta interseção, as disputas envolvem a própria definição do campo científico/área de pesquisa e suas (sub)disciplinas - Segurança Pública e Sociedade, Criminologia, Criminologia Crítica, Antropologia do Direito, Sociologia da Violência, Sociologia do Crime, Ciências Policiais... -, a partir da qual se impõem as visões hegemônicas dos objetos e métodos científicos e das competências necessárias para atuação profissional. Os conceitos e disciplinas se constituem como fonte de recursos de legitimação ou de crítica em um quadro de disputas entre orientações de política criminal e paradigmas de reforma institucional, inclusive de novas formações profissionais.

A reemergência do problema nacional da “violência urbana” no Brasil

Nosso ponto de partida foi a reemergência da “violência urbana” na pauta das grandes preocupações da sociedade e do Estado no Brasil a partir dos anos 1970⁶. Noção de senso comum, ela não delimita rigorosamente um objeto científico ou uma realidade concreta unívoca. Mas, justamente por seu caráter abrangente, ela nos serviu de entrada para um universo complexo, de ações e reações, em que se articulam a construção de sujeitos e identidades coletivas, de especialidades acadêmicas e de estruturas e procedimentos estatais para dar conta dos novos fenômenos de um social reconfigurado pelas transformações da sociedade brasileira ao longo das décadas posteriores ao golpe militar. Ou seja, se as discussões sobre o tema indicam uma preocupação com fenômenos que se desenvolvem nas décadas anteriores ao processo de abertura democrática, nesse

⁶ Com isto não se afirma o ineditismo da “violência urbana” como preocupação pública, mas o início de um novo contexto de sua expressão, com diferenças significativas frente a dois contextos iniciais: 1) a construção de uma “ordem higienista” na transição de uma sociedade rural escravista para uma sociedade urbana dividida em classes, na passagem da Monarquia à República (1880-1930), quando a organização dos centros urbanos foi pautada segundo os valores funcionais ao sistema fabril, através do combate à “vadiagem” e às manifestações de cultura popular e negra; das campanhas contra o consumo do álcool; da construção das primeiras instituições penitenciárias e manicomiais modernas; 2) a ordem desenvolvimentista da Segurança Nacional (1930-1974), pautada pela política de remoção das favelas como solução para o problema da “pobreza violenta” e pela política de combate ao criminoso político.

período se iniciam novas imagens e esquemas de expressão pública, relacionados à uma questão central: no contexto de transformação decorrente do processo de abertura do regime militar, os avanços no campo político coincidem com o fim da tranquilidade e com o alarde em torno do crime. O crescimento da “violência urbana” acompanha a transição democrática e dá ensejo a duros embates interpretativos entre defensores do regime, agentes da segurança pública e “formadores de opinião”, que enxergam na democracia nascente as raízes dos novos males, e militantes em direitos humanos, ativistas, políticos, juristas, pesquisadores e profissionais da imprensa, envolvidos nas campanhas mais amplas pela Anistia e pelas Diretas, assim como em projetos de reforma da justiça criminal.

Assim, seja por demanda estatal ou de movimentos sociais, esta inquietação mobiliza parlamentares, juristas, intelectuais, meios de comunicação e sociedade civil organizada em reuniões, seminários, debates e congressos⁷⁷, que incentivam, ao longo do tempo, a formação de linhas e grupos de pesquisa em universidades. A “violência urbana”, na medida em que era colocada na pauta das grandes preocupações sociais e do Estado, discussões antes circunscritas aos estudiosos do Direito e da Medicina, passam a envolver também cientistas sociais. Estes eventos representaram, nesse sentido, a referência inicial para o ensaio de uma nova divisão de tarefas disciplinares na construção da "violência urbana" como problema científico. A criminologia positivista/naturalista, vigente desde o fim do século XIX, perde parte de seu terreno para uma criminologia subordinada ao Direito penal e aberta à sociologia durante os anos 1980 através da atuação de uma série de juristas críticos e instituições voltados à constituição de criminologias de sentido diversos, críticas e também clínico-penitenciárias. Não mais ancorada na biologia ou no comportamentalismo psicológico, a antiga criminologia abre-se para uma renovação dos seus pressupostos, e mesmo para a sua dissolução enquanto campo interdisciplinar autônomo. Novas correntes passam a afirmar a normalidade sociológica do crime e do desvio, a desigualdade de classe na seleção do comportamento criminalizado, e a criticar a prisão e suas finalidades. Um processo não-linear de convivência de diferentes matrizes de pensamento, que gravitou em torno das discussões sobre a reforma de códigos e de uma nova política penitenciária e de “defesa social” (repressão, prevenção e ressocialização)

⁷⁷ Dentre estes, chamou a atenção especial a convocação feita pelo Ministério da Justiça, em 1979, de duas comissões, uma composta por juristas, outra por cientistas sociais, para discutir o tema criminalidade e violência.

nos anos 1970, momento de progressiva politização do meio intelectual com o início da distensão do regime militar.

A tentativa de superação da “criminologia tradicional” se realizaria através da crítica à ligação direta entre crime e pobreza no debate intelectual sobre “violência urbana” (Carvalho, 1999) e do pensamento e ativismo em defesa dos direitos humanos e reformulação das leis penais nos anos 1980. Ela será promovida por juristas e historiadores ligados à “Criminologias Críticas”, interessados na gestação de novas formas de conhecer, elaborar e ensinar o Direito, e por cientistas sociais, mais ligados às formas de modernização e reforma das organizações do sistema de justiça criminal. A primeira perspectiva, baseada principalmente em Marx e Foucault, concentrou-se na temática da violência do Estado sobre as camadas populares, desde a construção legislativa do direito penal à atuação das agências estatais, interpretada como mecanismo de dominação de classe realizada por instrumentos disciplinadores. A ênfase recai em reformas sociais estruturantes, na mudança legislativa, na contenção do uso da força pelo Estado e na positividade do conflito e da violência como reação e resistência popular aos mecanismos de controle e como produção de novos direitos. Uma outra tendência, promovida principalmente por cientistas sociais, investiu nos temas da continuidade do autoritarismo na cultura e na atuação estatal apesar das mudanças de regime político, na emergência de novas formas de criminalidade, organizadas e transnacionais, os efeitos do medo, do crime e da violência no espaço urbano, e nos padrões de organização das políticas de segurança pública.

Há importantes pontos de convergência a exemplo da ênfase à prisão, suas estruturas de dominação e de força, que configurariam uma ordem interna, e suas repercussões para a sociedade mais ampla; e a inspiração em escolas sociológicas do desvio e das organizações que pontuam a criminalização da pobreza. Contudo, a ênfase da primeira corrente no crescimento da criminalidade violenta como construção político-midiática contrasta com a abordagem “realista” e pragmática da segunda, que parte da premissa da negatividade da violência, como crime e problema social, detectável por meio da construção de indicadores, a ser analisada em seus padrões e em sua repercussão para as políticas de segurança pública, sobretudo para a eficácia e a eficiência das organizações policiais. De um lado, um polo de reflexão mais próximo à crítica epistêmica e política da incriminação, sublinhando o seu caráter relativo no tempo e no espaço social; de outro, um posicionamento que parte de um consenso relativo ao crime violento como problema social

e um enfoque mais pragmático tendo em vista sua redução. Entre um polo e outro, uma pluralidade de posições intermediárias se alinham, cujo ponto de convergência é a reforma das organizações do sistema de justiça criminal.

Investimos na hipótese que as polarizações e mudanças de ênfase nos estudos e dos pontos de divergência entre as correntes acompanharam as variações nas expectativas de transformação a partir dos primeiros governos estaduais eleitos pela via democrática em 1982, experiências que iluminam as clivagens do debate público e acadêmico sobre a “violência urbana” e sua relação com a democracia, a exemplo, dos governos Miguel Arraes (1987-1990), em Pernambuco; Tancredo Neves (1983-1985), em Minas Gerais; Franco Montoro (1983-1987), em São Paulo; e Leonel Brizola (1983-1986/1991-1994), no Rio de Janeiro. Por uma questão de recorte, concentramo-nos nos três últimos contextos, que consideramos matrizes de formação de redes acadêmicas e políticas centrais.

Ciências Sociais e Segurança Pública em três cenários

Em São Paulo, abordamos as alianças entre atividade de pesquisa em universidades e “centros independentes” [*think tanks*] na área sociológica e “criminológica” e redes nacionais e internacionais de ativismo em direitos humanos. Como ponto de partida tivemos a articulação, após o governo Montoro, entre a Comissão Teotônio Vilela (CTV), voltada a situação dos direitos humanos em prisões e instituições fechadas, e o Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), criado em 1987, que problematizou a continuidade autoritária na democracia brasileira. O NEV investiu no monitoramento do campo penal, com ênfase na discussão dos seus períodos de crise, como o “Massacre do Carandiru”, em 1992. A repercussão desses casos teria aberto espaço para pesquisadores junto ao Estado na elaboração dos Programas Estaduais e Nacionais de Direitos Humanos (Paulo Sérgio Pinheiro e Paulo Mesquita Neto). Em um segundo momento buscamos perceber a diversificação dos centros de pesquisa e sua relação com grupos de ativismo e de administração na segurança pública que viriam a se articular em nível municipal, estadual e federal, a exemplo do Instituto São Paulo Contra a Violência, o Fórum Metropolitano de Segurança Pública, Instituto Sou da Paz, o Instituto Ferdinand Braudel, o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), a ONG Conectas de Direitos Humanos e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em Minas Gerais, analisamos as ligações entre a Fundação João Pinheiro (FJP), a Polícia Militar e o Centro de Estudos sobre Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG). Para isso, reconstituímos o projeto da UFMG, que interliga pesquisa e administração pública, sua atualização com o investimento na ciência política a partir de 1968, que influenciará um perfil de pesquisador mais pragmático. A FJP, responsável por cursos para oficiais superiores da PM desde 1985, torna-se espaço de atuação de cientistas sociais da UFMG, que ampliarão sua iniciativa com a criação do CRISP, em 1999, voltado a pesquisas sobre criminalidade e à interlocução entre universidade e gestores (Antônio Luiz Paixão e Cláudio Beato). Seus projetos adquiriram status de "boas práticas", recomendados por agências nacionais e internacionais e institucionalizadas pelo governo de Minas, sendo promovidos como parte de uma reforma gradual da segurança pública no Brasil. Juntos, os dois centros propõem a autonomização da Criminologia como área de conhecimento e de formação de um profissional capacitado em análises da criminalidade e avaliação de políticas públicas de segurança.

No Rio de Janeiro tomamos o governo Brizola como fio condutor. A partir deste governo cristaliza-se uma polarização entre correntes ideológicas que reverberam na tomada de posição sobre eventos de violência, que repercutem em demandas por maior repressão e punição, mas também em mobilizações da sociedade civil por controle da força policial. Nos dedicamos a três trajetos:

1) A reconstrução do campo acadêmico através dos grupos que, nos anos 1970, investiram de maneira precursora no tema da violência urbana, caso do centro de pesquisa e ativismo socii - pesquisadores associados em ciências sociais, sediado na UFRJ, em diálogo com a produção do IUPERJ e do Museu Nacional (Michel Misse, Julita Lemgruber, Edmundo Campos Coelho, Alba Zaluar);

2) As articulações entre o Instituto de Estudos da Religião (ISER), criado em 1991, e a ONG Viva Rio, criada em 1993, que origina uma plataforma política de "terceira via" na segurança pública, adotada no governo de Anthony Garotinho (PDT), no qual um conjunto de cientistas sociais ocupa cargos de governo (Luiz Eduardo Soares, Jacqueline Muniz, João T. Sento-Sé, Silvia Ramos, Bárbara Musumeci). Uma experiência polêmica, mas que projetou alguns dos seus personagens a espaços em nível federal. Posteriormente estes pesquisadores viriam a fundar e/ou se articular com o Instituto de Segurança Pública (ISP),

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC/UCAM) e o Laboratório de Análises da Violência (LAV/UERJ);

3) A constituição do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas - NUFEP/UFF (Roberto Kant de Lima, Ana Paula Miranda) e seu papel na fundação do primeiro curso de graduação em segurança pública no Brasil, através do qual se realiza a institucionalização da *criminology* anglo-saxã como ciência social aplicadas à investigação e à gestão pública.

Da análise dos três contextos se extraem importantes consequências para o caráter distintivo da discussão brasileira em relação à literatura internacional, em especial pelo papel desempenhado por pesquisadores como atores políticos. Dessa maneira, na formação de centros, núcleos e laboratórios a partir do fim dos anos 1980, repercute as agendas políticas de cada momento histórico, concorrendo para a definição conjugada de padrões de trabalho coletivo/profissional, de temas de pesquisa e de pautas políticas. Embora não haja correspondência direta entre o perfil organizacional e o tipo de relação entre cientistas sociais e a administração pública, a resultante é uma proximidade entre círculos acadêmicos e políticos através da articulação dos resultados científicos na competição pela maneira legítima de informar políticas estatais.

Assim, é possível destacar que a articulação de pesquisadores em um campo de estudos e ativismo em segurança pública e justiça criminal se realiza a partir das mudanças na sociedade civil, com a criação de organizações não-governamentais e da abertura de espaços de participação no campo burocrático (Zaluar, 1999). Os anos 1990, em particular, seriam marco no sentido da abertura de “janelas de oportunidade” a partir dos cenários de “crises de segurança pública”, especialmente das que decorreram das chacinas da Candelária e do Vigário Geral, no Rio de Janeiro; ou do Massacre do Carandiru, em 1992, e das greves policiais, em 1997. Nesses cenários, a articulação entre mobilizações sociais e propostas políticas serão fundamentais para que as políticas de segurança pública se torne um dos objetos centrais da área de estudos (Kant de Lima et al, 2000).

A formação do “campo da segurança pública”: convergência entre espaços de pesquisa e arenas de políticas públicas

Às organizações e pesquisadores destes três contextos se agregaram um conjunto de pesquisadores de outras regiões do país e de outras áreas temáticas. Observamos tal processo através das reuniões da ANPOCS. Consideramos as delimitações de fronteiras

entre cientistas sociais e juristas no GT Direito e Sociedade (1979-1989) e a posterior divisão entre eixos agregadores nos anos 1990 – 1) violência e gênero, 2) violência e lutas sociais, e 3) violência criminal, sistema de justiça e segurança pública. A convergência principal se realiza no terceiro eixo e se concretiza através de dois fatores: 1) a consolidação de redes de intercâmbio através do PRONEX; 2) a nacionalização da área de pesquisa através da permeabilidade da ABA, com Roberto Kant de Lima, da SBS, com César Barreira e José Vicente Tavares dos Santos, e da ANPOCS, com Sérgio Adorno, Alba Zaluar, Luiz Eduardo Soares e Cláudio Beato Filho, às agendas político-intelectuais de centros de pesquisa; 3) a conjugação de interesses entre pesquisadores e a agenda de direitos humanos da Fundação Ford, que se volta com mais ênfase à segurança pública, e que teve como marco o Simpósio Experiências inovadoras e políticas de segurança pública, em 1998, evento em duas sessões entre pesquisadores e policiais. Nos anos que sucederam o encontro, os temas violência, justiça e segurança pública estiveram cada vez mais presentes na ANPOCS, o que gradualmente legitimou essas questões junto à academia.

Ao mesmo tempo, este processo se ligou à legitimação polícia do protagonismo federal com a criação da SENASP em 1998, e dos Planos Nacionais de Segurança Pública a partir de 2000. Estes planos visaram articular a eficácia e eficiência da segurança pública com a garantia dos direitos humanos e processos de controle democrático, através de reformas organizacionais direcionadas a um novo pacto federativo. Esse protagonismo se realiza a partir do diagnóstico do processo político nessa área como movimento pendular de iniciativas progressistas e conservadoras que dificultam a consolidação de pactos de longo prazo.

Com base neste diagnóstico, projetou-se uma estrutura de governança das políticas de segurança pública, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) , através: da rearticulação entre as esferas federativas e a aproximação entre políticas sociais e de repressão, associados a cursos de especialização em segurança pública, consolidados na Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) ; da montagem de sua Arquitetura Institucional (SENASP, 2005), coordenada pela SENASP, produzida por uma rede de 60 atores, em especial cientistas sociais e advogados, de organizações de interface entre sociedade civil e centros de pesquisa universitários; e da realização do 1º Concurso de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública, em 2004, parceria entre a ANPOCS e a SENASP. Estas articulações se dirigiram a formulação de um "novo paradigma da segurança pública", sintetizado para muitos na noção de Segurança Cidadã.

A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG), em 2009, foi tida como uma janela de oportunidade para promover e mensurar a adesão a este novo paradigma (Lima, 2011). Os estudos sobre a CONSEG têm ressaltado uma concentração nacional do debate antes disperso em distintas arenas públicas e uma nova reorganização das ações argumentativas e atores em disputa, com o surgimento de novos atores da sociedade civil, principalmente ONGs e institutos acadêmicos, que ampliaram seus recursos argumentativos a partir de atividades de pesquisa, mobilização social e assessoramento à formulação de políticas públicas, ecoando ideias e experiências internacionais de policiamento (Pavez et al, 2011). Em parceria com agências internacionais, estas organizações procuraram desfazer a forte polarização entre os atores tradicionais da área por um lado, as Forças Armadas e as altas patentes da polícia civil e militar e, por outro, organizações de militância em direitos humanos. Ao mesmo tempo houve a integração de atores representantes de entidades de baixa patente do sistema de segurança pública e justiça criminal.

Com isto, frente às resistências a mudanças estruturais, que resultam na polarização radical do debate e na neutralização de novas propostas, consolidam-se as estratégias de mudanças graduais, que incidem na adesão de redes profissionais de informações e saberes no interior das organizações da segurança pública. As alianças entre quadros da universidade e da polícia, nesse sentido, se dirigem à transformação das corporações a partir de suas clivagens internas, entre base e cúpula. Apoia-se um conjunto de reformas organizacionais, de gestão de conhecimento e de articulações que dariam contorno a modelos de policiamento e a propostas de cursos de especialização em segurança pública implementados em universidades e de reformulação constitucional da área de segurança pública.

Todos estes tipos de engajamento são praticados através da atuação de centros de pesquisa como *think tanks*, em assessoria à pesquisa aplicada em gestão de problemas sociais, seja em proximidade com demandas do Estado ou de movimentos sociais, originando por exemplo estruturas de assessoria, como Observatórios de Segurança Pública, ou agindo como intermediadores ou *brokers* entre sociedade civil e sociedade política (Lavalle e Bülow, 2014). Nesse sentido, foram criados novos espaços e interlocuções, a exemplo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que cumprirá papel fundamental na articulação entre ativismo, operadores e pesquisadores.

Em suma, o diagnóstico de atraso das reformas em segurança pública frente a outros setores é argumento de entrada de um grupo de cientistas sociais em disputa com grupos dirigentes já estabelecidos na segurança pública, provenientes de organizações policiais e militares. Frente a problemas de legitimidade, relativa à expertise necessária para a gestão da área – ao mesmo tempo em que, contestados pela via corporativista policial, não permanecem muito tempo em cargos públicos, sob pena de perderem prestígio em suas universidades – os cientistas sociais tem se dividido 1) em alianças setoriais com grupos da sociedade civil e das polícias na implementação de novos conteúdos no ensino policial e novas maneiras de implementar políticas públicas; 2) na adoção de pesquisas como instrumento de *aggiornamento* e *agenda-setting*; 3) no reforço à formação do cientista social como *policy maker* ou na criação de novas categorias profissionais (bacharel em segurança pública, criminólogos), capazes de cumprir este papel. A reunião destes esforços configuraria o atual “campo da segurança pública”, confluência entre arena de políticas públicas e campo acadêmico.

Trajetórias intelectuais e políticas: cientistas sociais como grupo dirigente?

Vimos como a condução de espaços de articulação, debates, ensino e produção de conhecimento sobre crime, violência e punição configurou o alargamento do domínio político da segurança pública para além dos quadros do setor. Enfatiza-se o funcionamento das instituições de segurança pública e justiça criminal, no sentido do seu aperfeiçoamento, controle e reforma, articulando estudos com a intervenção no debate público e a consultoria a redes políticas a partir de centros de pesquisa. Processo que se traduziu em uma nova gramática em torno da participação e accountability, da integração setorial e federal, e da conjugação entre prevenção social e repressão qualificada. Para retratar a constituição desse cenário consideramos os grupos e redes que formularam as agendas de pesquisa hegemônicas -o que merece ser pesquisado e como deve ser pesquisado – e que, atrelando-se a posições de dominância no campo científico e no campo político, garantiram suas condições de continuidade na forma de um sistema institucional voltado para a formação do *habitus* correspondente à sua posição.

Esse cenário vem ampliando os debates sobre as relações entre intelectuais e política, em especial pela passagem de cientistas sociais na gestão pública em cargos de formulação e execução e seu impacto na produção acadêmica. Nosso propósito atual é aprofundar esta questão.

Utilizando classificação de Alba Zaluar (1999), a área de pesquisas envolveria três grupos principais de pesquisadores com diferentes padrões de relação com a intervenção na sociedade. O primeiro, composto por autores que se dedicaram à denúncia dos crimes cometidos pelo "crime organizado de fazendeiros e grileiros de terra" contra os trabalhadores rurais, "cientista perito", intelectual orgânico e específico, capaz de detectar problemas concretos e localizados em uma área de saber aproximada de lutas reais e cotidianas. O segundo, integrado por aqueles que teriam enfrentado a violência no mundo urbano pela via jurídica, na denúncia ao Ministério Público de violações cometidas por policiais e grupos de extermínio, participando em CPIs e elaborando o Programas políticos. Já o terceiro grupo seria composto pelos poucos cientistas sociais que, trabalhando a violência urbana, abordaram de forma mais pragmática a relação entre Ciências Sociais e políticas públicas, com o uso de indicadores sociais como instrumento. Em síntese, esta primeira geração de cientistas sociais teria originado dois modelos de respostas ao problema do uso político das descobertas científicas: um, mais interligado a setores organizados da sociedade, e outro que concebe o conhecimento sociológico como importante na assessoria governamental.

Quinze anos depois, é possível constatar diversas passagens dos pesquisadores elencados entre diferentes modalidades de atuação e temas de preocupação social e política, a exemplo dos pesquisadores que, inicialmente na área de estudos sobre mundo rural, orientaram-se para a questão da segurança pública. Na medida em que o trabalho em centros de pesquisa se combinou acúmulo de capital científico e sua conversão em capital político, abriram-se maiores espaços de interlocução, em conselhos e comissões legislativas e jurídicas, consultoria à partidos políticos e cargos de assessoria, consultoria, formulação e gestão de políticas públicas, especialmente a partir dos anos 2000. Caso de Julita Lemgruber, com um perfil de interseção entre a gestão pública e as redes internacionais de ativismo sobre a questão carcerária; de Alba Zaluar, assessora especial de Segurança Participativa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, (2001-2002); de Roberto Kant de Lima, que investirá na etnografia como intervenção dialógico-crítica no meio jurídico (Kant de Lima, 2013), ao mesmo tempo em que se converte em consultor/avaliador de planos de segurança pública municipais e formulador da primeira proposta de ensino graduado na área; de César Barreira, diretor da Academia de Polícia do Ceará (2011-2012); de José Vicente Tavares dos Santos e de Claudio Beato Filho,

formuladores, respectivamente, do programa de governo em Segurança Pública para as eleições presidenciais do PT (2010) e do PSDB (2014).

Considerando a diversificação do cenário atual, estratégia metodológica útil seria retrair as "linhagens" dos pesquisadores considerados pioneiros e assim considerar as diversas redes, discernindo perfis intelectuais e temáticos, sua distribuição nos grupos do CNPq, sua relação com projetos políticos, assim como com ciclos de reprodução em cargos públicos e universitários, através de técnicas de organização de dados em fluxos e redes. Por ora, um importante ponto de partida seria a reconstrução do perfil de trajetória de pesquisadores que, ao conciliarem o acúmulo de capitais temporais e de reconhecimento científico com a circulação em arenas externas à universidade, desempenharam o papel de construtores institucionais em diferentes modelos de atuação entre o campo acadêmico e arenas de políticas públicas.

Através da análise da trajetória destes pesquisadores, procuramos indicar o quanto este desenvolvimento andou *pari passu* a uma acumulação de capitais científicos temporais (presidência de associações, cargos em comissões de avaliação), associada a experiências políticas e geracionais de uma fração hegemônica de cientistas sociais. Vale destacar, entre os pesquisadores considerados pioneiros, o impacto da militância na juventude de esquerda eurocomunista ou católica e o peso da circulação internacional (seja em exílio ou pelo sistema de bolsas em implementação) e sua tradução na forma de novas referências teóricas ou de vínculos com redes de atuação e forças políticas na transição democrática, especialmente a partir dos primeiros governos estaduais eleitos em 1982, mas também ao longo dos momentos de crise de segurança pública. As disputas por posições no debate público e nas instâncias de poder não desconstruíam estes laços mais gerais de solidariedade que aqui focalizamos, que os unificam como uma corrente intelectual hegemônica.

Em relação a um trajeto mais explícito de pesquisadores como atores políticos, sublinhamos o caso de Paulo Sérgio Pinheiro, no "campo dos direitos humanos", e o de Luiz Eduardo Soares, no "campo da segurança pública". O primeiro, apoiado em laços políticos construídos na militância em direitos humanos em questões prisionais desde o governo Montoro, através da CTV, e em laços acadêmicos através da atuação do NEV/USP, lançou-se em uma carreira de assessoria e montagem de políticas de direitos humanos, ocupando múltiplas posições no plano nacional e internacional. Já Luiz Eduardo Soares, é o caso mais emblemático do envolvimento direto de cientistas sociais na

formulação e gestão de projetos de controle público da violência, em secretarias de segurança pública em nível municipal, estadual e federal, atuando na criação de novas diretrizes para a reforma da área.

Entre as duas trajetórias é possível localizar pontos comuns em termos de referências geracionais e percursos de internacionalização. Embora Soares se relacione com o grupo político retornado do exílio nos Estados Unidos, na interação entre ativismo protestante, mobilizações por direitos civis das "minorias" e pragmatismo, e Pinheiro se baseie sobretudo nas redes católicas e na intelectualidade brasileira exilada na França, ambos participam de uma mesma frente ampla de direitos humanos construída de um lado e outro do Atlântico, cujos modelos de atuação são promovidos, em grande parte, por redes ligadas a ONU, pela Fundação Ford e por modelos de pensamento e atuação fomentados de universidades norte-americanas, como a Universidade de Columbia. A partir desta frente de reconstrução democrática na América Latina, eles não se tornam políticos profissionais, mas fundamentam programas de governo como assessores ou consultores gabaritados pela legitimidade conferida pela conjugação da academia e do ativismo - Pinheiro, associado ao governo Fernando Henrique Cardoso, como articulador do PNDH e Ministro dos Direitos Humanos e Soares ao governo Lula, através da formulação do Plano Nacional de Segurança Pública pelo Instituto Cidadania e no cargo de Secretário Nacional de Segurança Pública.

Desse modo, há uma semelhança da crítica a respeito dos problemas da organização universitária, desfavorável a aproximação entre o acadêmico e as demandas sociais, no intuito de direcionar princípios de controle da atuação do Estado. Contudo, importa também ressaltar o contraste entre os posicionamentos de Soares com a opinião de Pinheiro a respeito da necessidade de não se ultrapassar "os muros do claustro universitário e combinar a produção de conhecimento com a participação na administração, a posição de quem sugere soluções com a de quem executa medidas" (Ibidem: 260), em que se fazem notar as diferenças entre a ênfase na crítica, na polêmica com o poder público, própria da agenda de direitos humanos, e o compromisso pragmático dos que investiram na construção política da agenda da segurança pública.

A tensão entre estes dois posicionamentos será permanente. Por exemplo, em contraste evidente com a perspectiva de Soares a respeito da própria experiência⁸, para

⁸ "O professor Gláucio Ari Dillon Soares certa vez me disse que eu estava pagando o preço pela abertura de um espaço e pelo estabelecimento de uma relação que, no futuro próximo, se tornaria freqüente e natural.

Alba Zaluar, as controvérsias originadas no decorrer do governo Garotinho teriam prejudicado a necessária colaboração entre universidades e segurança pública. Embora a vinculação de pesquisadores com os governos seja uma área tradicionalmente instável na área, a experiência de Soares teria feito "com que se desenvolvesse entre policiais militares e civis um horror aos sociólogos, chamados de 'policiólogos' desde então [...] Foram estratégias mal pensadas de ocupação de um espaço absolutamente necessário. O que teria, inclusive, afetado a sua participação junto a máquina pública municipal no governo de César Maia no ano de 2001. A crítica incide no grau de exposição pública e de protagonismo do cientista social na política: "Caso os sociólogos tivessem permanecido no local que é mais apropriado para eles, o de assessor, aquele que dá as ideias e fica no máximo como eminência parda, acho que o avanço teria sido maior" (Zaluar In: Lima & Ratton, 2010: 70).

Mas uma das novidades do cenário parece ser a reivindicação mais frequente, de uma nova geração de cientistas sociais pela *expertise* na gerência de cargos de execução em governos (Lima e Paula (org.), 2006; Lima, 2009), o que iria de encontro à concepção mais consensual existente na definição dos limites entre o papel do intelectual e do gestor público. O processo delineado, é importante ressaltar, é produto da história de um ponto de vista específico, construído na interação entre cientistas sociais, polícias e centros de pesquisa e ativismo com perfil propositivo.

Tal inflexão é mais visível sobretudo, mas não somente, a partir do contexto mineiro, que se destaca na autonomização disciplinar da ciência política, combinando intercâmbio internacional e fluxo no sentido Minas – Rio entre os anos 60 e 70⁹. Vários traços comuns caracterizariam a trajetória intelectual deste grupo mineiro-carioca de pesquisadores:

[...] a graduação no Curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais, a pós-graduação na FLACSO e nas grandes universidades americanas, o pertencimento a instituições

Tenho certeza de que ele tinha razão. Em breve, vamos rir dessas resistências todas. Porém, hoje, ainda há um preconceito duplo: nós olhamos os policiais com desconfiança, desdém e superioridade, e eles (ou elas) retribuem na mesma moeda. Por que há poucos intelectuais na área de segurança dos governos? Por conta das conseqüências desse nosso preconceito e pela negligência que eu acho que é, a um só tempo, ético-política e intelectual: nós lavamos as mãos e não queremos nos conspurcar com esse campo minado - física e moralmente (conta)minado. Não queremos nos sujar com esses temas que parecem menores" (Soares, 2001: 246).

⁹Um contingente considerável de cientistas sociais mineiros emigra para o IUPERJ, dentre os quais Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman, Amaury de Souza, Edmundo Campos Coelho, Olavo Brasil de Lima Júnior, Renato Boschi e José Murilo de Carvalho. (Keinert & Silva, 2010: 87-88).

patrocinadas pela Fundação Ford, a rejeição do marxismo como paradigma teórico, a militância política dos anos 60, a incorporação de modelos teóricos norte-americanos, mas acima de tudo o que unifica o grupo é a construção teórica da autonomia disciplinar da Ciência Política. Conceber a política como uma esfera autônoma da realidade social, com determinações próprias não subordinadas às esferas econômica, social ou cultural, foi a grande contribuição dos mineiros e cariocas (Forjaz, 1997: 09).

Se no passado a escola paulista invocou para si padrões de análise científica para se diferenciar do estilo ensaísta e "ideológico" do ISEB, a partir dos anos 60 são os mineiros e cariocas que invocam novos padrões científicos para se distanciar tanto do caráter "ideológico" da produção iseblana, como do estilo uspiano e seus ensaios histórico-conceituais, vistos como carentes de embasamento empírico, que os novos cientistas políticos tentam introduzir (Forjaz, 1997; Keinert & Silva, 2010). Os cientistas políticos desta geração buscaram atuar politicamente através da linguagem científica da intervenção técnica (Keinert & Silva, 2010)¹⁰. Assim como a economia afastava-se da tradição da economia política, em especial das proposições keynesianas, aproximando-se da econometria e incorporando uma linguagem mais formal, a ciência política inaugurava uma nova linguagem para tratar a política, a partir de modelos formais com forte destaque à estatística e à pesquisa empírica. Em ambas as perspectivas se assume a intenção de que os trabalhos científicos de políticas públicas servissem aos governantes como instrumento de aperfeiçoamento de suas decisões. Assim, em convergência com a centralidade da ciência política estadunidense, rejeita-se outras tradições mais próximas à história e à filosofia (França e Inglaterra) e afirma-se a preeminência das teorias que operam com a noção de interesses e de racionalidade instrumental (Moreira, 2012).

Esta tendência ganhará continuidade nos estudos sobre segurança pública, a partir dos estudos em sociologia organizacional de Antônio Luiz Paixão e Edmundo Campos Coelho, trabalhados na discussão sobre os fatores dificultaram a definição de uma agenda consistente de reformas institucionais e de avanços na gestão operacional do setor de

¹⁰Como exemplificam a atuação de Bolívar Lamounier que, em 1985, integra a Comissão Afonso Arinos, encarregada de elaborar o anteprojeto da constituição brasileira, época em que também se candidata a deputado; e a trajetória de Simon Schwartzman, que se volta para a direção de pesquisas e projetos de políticas públicas para as áreas de educação, ciência e tecnologia. Estas também são características encontradas na geração de economistas formadas na FACE e apoiados pela Fundação Ford, Como Edmar Lisboa Bacha, um dos responsáveis pela elaboração dos planos Cruzado (1985-1990) e Real (1992-1995) e diretor do BNDES a partir de 1995; ou Cláudio Moura e Castro, diretor geral da CAPES entre 1979 e 1982 e assessor do Ministério do Planejamento de 1982 a 1985

segurança pública após a transição democrática no Brasil, e na montagem de um escalonamento de possibilidades de reforma policial segundo níveis de dificuldade política e impacto de transformação. É o que expressa Luiz Flávio Sapori, ex-pesquisador da Fundação João Pinheiro e ex-Secretário Adjunto de Segurança Pública de Minas Gerais (2003 a 2007):

Fatores diversos podem explicar tal omissão ou incompetência dos governos democráticos. A prioridade dada na agenda política nacional ao retorno das Forças Armadas aos limites de sua competência constitucional é um aspecto a ser considerado, ou mesmo a inexistência de um paradigma alternativo que pudesse instrumentalizar os *decision makers* para além da subordinação das agências de justiça criminal às exigências do ideário dos direitos humanos cristalizados na Constituição (Sapori, 2007:108).

Ao lado destes fatores, Sapori acrescenta a preponderância de abordagens de cunho “mais ideológico que científico” sobre a segurança pública por parte das ciências sociais brasileiras durante os anos 1980. O predomínio da visão do aparato repressivo do Estado como instrumento de dominação de classe teria impedido o estudo destas instituições, configurando um atraso que começou a ser recuperado nos anos 1990. Assim, a “relativa disjunção” entre o conhecimento científico produzido nas faculdades de ciências sociais e a exigência de um *know-how* para executar os planos governamentais ajudaria a explicar, em parte, a prevalência de policiais, juízes, advogados, promotores e militares das Forças Armadas no seio das elites decisórias nesse campo de atuação (*Ibidem*: 110). Ainda de acordo com Sapori, as parcerias entre polícia, universidade e sociedade civil colaborariam para uma “desmilitarização” em curso no interior das práticas da polícia militar, mesmo sem uma grande mudança de suas condições estruturais de organização. Se eventos dramáticos são oportunidades que costumam desencadear processos importantes de reforma, eles também poderiam reforçar as resistências institucionais diante de enfoques que partem de referências pouco fundamentadas acerca do funcionamento do sistema de justiça criminal e que ensejam prescrições irrealizáveis de reforma. Assim, seria o sucesso dessa parceria, junto à uma menor politização da violência urbana em Minas durante a transição democrática, comparativamente a outros contextos, uma hipótese para a explicação da legitimidade da polícia militar no estado.

Para Cláudio Beato Filho, por sua vez, os problemas se originariam da predominância da criminologia de inspiração marxista ou “criminologia crítica”¹¹, praticada por entidades e centros acadêmicos dedicados aos direitos humanos. Apesar do importante papel desempenhado pela perspectiva na denúncia da violência estatal durante a transição democrática e no fundamento das políticas de segurança nos anos FHC, ela não teria desenvolvido uma "agenda consistente que servisse de base para uma estratégia de segurança pública que partisse de estudos empíricos" (*Ibidem*: 255). Baseados em uma concepção de Estado como instrumento de interesses econômicos, a “criminologia crítica” rejeitaria a definição do crime tal como estabelecida pelo Estado, inclusive as estatísticas oficiais. Como alternativa seja a uma discussão ampla sobre o tema da violência, como a proposta pela “criminologia crítica”, seja por uma "segurança de Estado" defendida pelos tradicionalistas da segurança pública, pretende-se erigir uma concepção de pesquisa que parta dos "aspectos mais estritos de criminalidade e violência tal como definido pela lei" (*Ibidem*: 26) e que são objeto de atuação das organizações do sistema de justiça criminal.

Para a superação destes problemas, tal como o processo ocorrido na ciência política mineira, aposta-se na disciplinarização da criminologia, com base na experiência norte-americana:

Durante os anos 1960, quando os EUA enfrentaram uma emergente onda de violência, montou-se uma comissão presidencial com o objetivo de delinear estratégias que pudessem fazer frente ao problema [...] Dois eixos propostos pela comissão são particularmente relevantes em nosso contexto: a necessidade crucial de a) qualificação de quadros para as organizações do sistema de Justiça Criminal e; b) as pesquisas como elementos centrais para a compreensão do fenômeno criminal, contribuindo, assim, para subsidiar políticas e programas mais efetivos. A situação do ensino da criminologia era desorganizada e difusa no interior de disciplinas das ciências sociais, especialmente a sociologia e a ciência política, ou então era marcadamente jurídica. Essa é exatamente nossa situação no Brasil hoje [...] A criminologia propriamente dita ou um programa voltado exclusivamente ao estudo de teorias e conceitos afeitos à segurança pública ou à Justiça Criminal não tem nenhuma produção na área pelo simples fato de que ela não existe enquanto um campo disciplinar no Brasil (Beato Filho, 2012: 251-253).

¹¹Em sua concepção: “A criminologia crítica cobre uma grande variedade de teorias, cujo denominador comum é o foco em processos sociais de larga escala, sendo o conceito de 'conflito social' central para a compreensão deles” (Beato Filho, 2012: 35). Vale destacar que o uso da noção de criminologia crítica pelo autor ultrapassa as fronteiras daqueles que se auto-identificam como criminólogos críticos no Brasil, provenientes em geral do Direito.

Essa ausência contrastaria com o número relativamente grande de cursos de especialização *lato sensu* amparados pelo próprio governo federal e com o volume de dissertações e teses produzidas sobre o tema do crime e da violência nas últimas décadas. Contudo, o cenário seria de dispersão, tanto no que se refere às áreas de conhecimento, como de linhas de pesquisa. O governo federal não teria investido na instituição de forma mais consequente deste campo, como atestaria a inexistência de suporte acadêmico em cursos de pós-graduação em criminologia e segurança pública. Mesmo nessas condições, o prognóstico seria positivo:

No Brasil, ainda estamos iniciando a criação desse campo disciplinar [...] Qualquer que seja a nossa situação, é provável que a necessidade crie sua expertise. Tal como ocorreu na economia nos anos 1960, na qual nossos graves problemas terminaram qualificando gerações de especialistas para lidar com eles, ou na saúde, em que as necessidades da saúde pública terminaram forjando uma concepção hegemônica de política pública, é possível que, ao longo dos próximos anos, a segurança pública siga na mesma direção. *A profissionalização do campo é inevitável* (grifos nossos, *Ibidem*: 27).

O contexto é visto como oportunidade de uma reforma das organizações da segurança pública, de modo semelhante ao intercâmbio que ocorre na Saúde Pública, onde a passagem entre academia e gestão é rotineira, e na Economia, quando se tem em vista a expertise necessária à superação dos dilemas do desenvolvimento (Ramos, 2007). Para tanto, diversificam-se o acesso a fontes de sustentação, através do governo federal e de outras agências privadas e multilaterais que direcionaram sua atenção e recursos para programas de reforma na América Latina, disseminando a noção de *seguridad ciudadana* – Fundação Ford, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ONU, Banco Mundial, Tinker Foundation, Open Society Institute, Fundação Konrad Adenauer, entre outras. Essas organizações divulgam novas ideias e metodologias de gestão da política de segurança pública, favorecendo a formação de quadros nacionais de *decision makers* (Sapori, 2007), apoiando estratégias para a superação das instabilidades dos tempos da gestão e da política, sobretudo as pressões populares e corporativas em torno da supressão dos direitos e do reforço ao rigor penal.

Nesta autonomização de novos parâmetros teóricos e práticos em criminologia e pesquisa aplicada em segurança pública, formou-se uma rede nacional de pesquisadores

associados circunstancialmente ou permanentemente. Seria necessário, então, acrescentar pesquisadores de segunda e terceira geração, que iniciam uma relação de maior proximidade com o universo burocrático e político, ou mesmo despontaram na organização de parcerias, frentes de pressão, ou na gestão direta de programas governamentais. Tendências que já se anunciaria entre outros membros da geração anterior, a exemplo de Julita Lemgruber, com um perfil de interseção entre a academia, a gestão pública e as redes internacionais de ativismo sobre a questão carcerária; de Roberto Kant de Lima, que atua como consultor/avaliador de planos de segurança pública municipais e formulador da primeira proposta de ensino graduado na área; de César Barreira, que se torna Diretor da Academia de Polícia do Ceará; e de José Vicente Tavares dos Santos, atuante na mesma esfera, o ensino policial [cf. Anexo].

Por ora, mesmo com o risco de algum viés de concentração nos cientistas sociais de São Paulo, investiremos no perfil de trajetória de pesquisadores que, em contexto mais recente, despontaram como elos de reorganização acadêmico-política no “campo da segurança pública”, interligando pesquisadores dos centros enumerados. A escolha também se realiza tendo em vista possíveis relações de continuidade no desenvolvimento do conceito de "segurança cidadã", em continuidade com estímulos de agências internacionais, onde esses mesmos pesquisadores se encontram de alguma forma posicionados.

O primeiro é Paulo de Mesquita Neto (1961-2008), cuja posição é produto de uma trajetória de 15 anos junto ao NEV e na CTV, na qual foi secretário-executivo. Ele esteve presente nas várias iniciativas que se abriram na área dos direitos humanos e da segurança pública nas últimas décadas: foi relator do PNDH I em 1996 e do PNDH II, em 2002, quando percorreu o Brasil para encontros com ONGs e governos estaduais para aprofundamento das propostas relativas aos direitos econômicos, sociais e culturais, que deram o tom deste último Plano; foi também relator do Programa Estadual de Direitos Humanos de São Paulo e assessor na preparação do Programa Nacional de Direitos Humanos em Cabo Verde; preparou ainda o 3º Relatório Nacional de Direitos Humanos e, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, trabalhava na preparação do relatório sobre segurança cidadã nas Américas. Com inserção em várias organizações da sociedade civil e aberto ao diálogo com o Estado, no Fórum Metropolitano de Segurança Pública e no Instituto São Paulo Contra a Violência. O seu perfil parecia sintetizar um

posicionamento mais propositivo em segurança pública no interior do NEV. A apresentação do

O segundo exemplo é o de Renato Sérgio de Lima Fundação SEADE e em diálogo com o NEV/USP, se dedicou a pesquisas sobre mensuração de construir um modelo de governança baseada em uma gestão política e aberta do conhecimento produzido. Assim, para a superação de entraves à democratização, a governança teria a obrigação de ser pensada de acordo com a existência de redes profissionais ou corporativas de informação e saberes, uma vez que estas organizam a política no interior das instituições estatais e neutralizam as mudanças propostas. As mudanças só ganhariam espaço na medida em que redes internas as incorporem como pauta nas disputas por prestígio no âmbito interno à organização. Essa perspectiva se constrói em paralelo a seu papel na direção do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Por fim, de modo provocativo, ensaiando uma hipótese a respeito da relação de convergência de interesses e compartilhamento de visões de mundo entre diretores da Fundação Ford e seus associados no país, através da "nativização" de uma geração de *brazilianists*, como Peter Fry e principalmente de Elizabeth Leeds, cuja trajetória se confunde com alguns dos marcos dos estudos sobre "violência urbana" e segurança pública no país. Desde a sua experiência inicial, a pesquisadora constituiu vínculos que atravessaram polarizações entre "criminologia crítica", "realismo de esquerda" e policiais no país e que resultaram no investimento em produção sobre "violência urbana" no Rio de Janeiro. Em um plano de investigação dos circuitos de troca e circulação entre cientistas sociais e *brazilianists*, seria o caso de considerar os diálogos traçados entre produção "nativa" e estrangeira, considerando também suas influências possíveis no direcionamento de recursos para institucionalização das ciências sociais e da criminologia como campo de estudos e sociologia aplicada no Brasil.

O paralelo entre estas trajetórias serve de parâmetro, por contraste e aproximação, para a identificação de algumas das experiências comuns ao grupo de pesquisadores que irão liderar a formação da área de estudos, variações de papéis na relação entre o campo universitário e a política, como "intelectuais públicos" e *policy makers*, em diversos momentos de "multiposicionalidade" entre a universidade e a militância¹². Tal como se

¹² A ideia de multiposicionalidade em processos de construção de carreira diz respeito a diferenças de perfil de trajetória advindo de fatores tais como o capital de relações sociais, ligado ao grupo familiar, até a estrutura e ao conjunto da rede de relações políticas e institucionais que os atores mobilizam e que estruturaram a capacidade de manter ou reconverter seus recursos em espaços sociais distintos (Bordignon, 2013).

poderia falar no caso da ciência política brasileira, trata-se de um momento de "transição geracional [...] em que as clivagens entre gerações respondem a desacordos que apontam para sentidos conflitantes acerca do grau de especialização e de engajamento público do intelectual" (Keinert & Silva, 2010). Um movimento duplo de afirmação de autonomia disciplinar aliada à criação de um novo discurso sobre a política, por meio do qual se constitui uma “comunidade epistêmica”, com “identidade, recursos próprios, hábitos institucionais e linguagens próprias e compartilhadas e formas de expressão e presenças públicas” (Lessa, 2011: 29).

Mesmo com diferentes ênfases, pode-se dizer que estes pesquisadores compartilham razoavelmente do diagnóstico de que a “ciência da segurança pública no Brasil ainda é bastante incipiente e desproporcional em relação aos desafios existentes” (Beato Filho, 2012: 251), cuja solução passaria pela autonomização da criminologia, ou de uma área de saber, para a formação de um novo perfil de pesquisador e de quadros administrativos. Uma opção estratégica em termos da adesão cognitiva e prática de agentes policiais, que se consolidou em torno de coalizões mais amplas de planificação e reformas na segurança pública a partir dos anos 2000. Esforço que se conjuga à construção de narrativas de fundação da área de estudos e pesquisas, nas quais Paixão e Coelho figuram como “pioneiros dentre os pioneiros”¹³.

Conclusões: narrativas de fundação, formações disciplinares e novos perfis profissionais

Em síntese, tratamos da legitimação de um grupo de pesquisadores como atores políticos no embate entre correntes políticas nas agendas de reforma dos sistemas de justiça criminal e segurança pública e sua repercussão na área de estudos, em formações disciplinares, narrativas de fundação e de novos perfis profissionais. Estas disputas, por sua vez, repercutem respostas variadas à relação entre pesquisa básica e aplicada - da politização constante (pesquisa como denúncia) à colaboração técnica (pesquisa propositiva e aplicada); e à conceituação e seleção de objetos de pesquisa, no qual se poderá perceber diferentes ênfases interpretativas da violência, da criminalidade e das formas políticas de controle.

¹³ Cf. Freitas & Ribeiro, 2013; 2014; Lima & Ratton, 2011.

Ocorre então uma hegemonia tecnocrática das ciências sociais emergentes, que se baseou em uma institucionalização vinculada à representação coletiva mais próxima da ideia de profissional que da ideia de intelectual. Estas condições foram responsáveis pela criação de novas instituições, os centros de pesquisa [*think tanks*], pontas de lança de um novo espaço de produção intelectual formado por agentes híbridos que associam formas de poder originadas de instituições universitárias, políticas, econômicas e midiáticas. Estes experts, à imagem de sua posição intermediária no espaço social, combinariam competências e modos de percepção saídos de diferentes universos sociais que os *think tanks* atravessam e religam. O poder dos *think tanks*, nesse sentido, estaria em sua capacidade em relacionar estas formas de poder e, eventualmente, modificar seu peso relativo (Medvetz, 2009).

A construção deste modelo de relação entre ciência e política, viria a compor uma oposição tensa entre dois sistemas de trocas internacionais no campo interno das ciências sociais brasileiras: o primeiro girando em torno da filosofia e da sociologia europeias, especialmente francesas, calcado no modelo universitário francês; e o segundo centrado na ciência política de perfil norte-americano, em operações lideradas pela Fundação Ford, assessoradas por uma geração de "brasilianistas". De um lado, anéis e redes ligados pelo relacionamento personalizado entre profissionais e uma "ideologia das afinidades intelectuais eletivas" baseada em sintonias teóricas e métodos avessos ao modelo de ciência empírica anglo-saxã, e valorizadores da marca pessoal, da ousadia conceitual e ambição estilística; de outro, uma troca construída na linguagem das relações empresariais, "primariamente um fluxo de recursos e secundariamente de ideias", que torna a pesquisa empírica a moeda principal de transações acadêmicas (Miceli, 1990: 23). Estes dois sistemas rivalizariam na definição de valores, escolhas epistemológicas e metodológicas para as ciências sociais brasileiras desde os anos 50 e encontrariam na estabilização da Ford como a principal agência de financiamento externo um ponto de inflexão que marca o final de um processo de transição de hegemonia da Europa para os Estados Unidos. A Ford se converteria, desse modo, no "alvo preferido para colisões" e no "parceiro cobiçado para coalizações" (Ibidem:29).

Estes circuitos de troca e circulação repercutem nas trajetórias dos cientistas sociais analisados e também na institucionalização das ciências sociais, com a introdução de novos referenciais teóricos e de pesquisa, que se consolidam na formação de narrativas disciplinares concorrentes de fundação da área de estudos e suas disciplinas.

Desse modo, a interpretação sobre esse processo, na área de estudos sobre violência, crime e punição se traduz em diferentes olhares sobre as relações entre o histórico de lutas sociais dos anos 1970 e 80 e a gerência do Estado após a redemocratização: o primeiro sentido, ligado à narrativa hegemônica, enfatiza as ligações entre as lutas políticas e a abertura do campo do poder na segurança pública a ideias e quadros de esquerda (Tavares dos Santos, 2009; Lima, 2011); o segundo critica a participação do saber científico em processos de governamentalização e controle social (Karam, 1996; Malaguti Batista, 2009; Lopes, 2009). Visto de maneira positiva, emerge um contexto universitário plural que se recompõe voltado à discussão dos problemas públicos, comparável ao contexto da Escola de Chicago no início do século XX (Machado da Silva In: Lima & Ratton, 2011) ou ao contexto da criminologia como suporte de políticas públicas nos anos 1960, também nos Estados Unidos (Beato Filho In: Lima & Ratton, 2011). Por outro lado, o processo abre também margem a críticas, que giram em torno de acusações de cooptação e policização da Academia (Malaguti Batista, 2009; Pradal, 2013).

Estas diferenças se constituem, nesse sentido, na medida em que revela um embate entre *comunidades epistêmicas* (Haas, 1992), sobretudo diante de uma perda de espaço da “criminologia crítica” brasileira, ligada ao ativismo marxista crítico da extensão do direito penal, frente ao avanço de um “realismo de esquerda” ou de uma corrente intelectual associada a um ideário pragmático. Situamo-nos, então, entre duas narrativas em confronto implícito, que pouco dialogaram, sobre a produção e recepção de ideias a respeito do crime, da violência e da punição por parte do campo científico brasileiro. De um lado, temos a narrativa proveniente da Criminologia Crítica (Malaguti Batista, 2011), onde são eleitas personagens e teorias fundadoras de uma discussão envolvendo o pensamento jurídico-crítico latino-americano e europeu, em diálogo com teorias sociológicas do desvio norte-americanas. De outro, temos a narrativa de cientistas sociais a partir dos estudos empíricos, de variados matizes teóricas, sobre prisão, polícia e criminalidade organizada, que se consolida na eleição definitiva de fundadores e de uma coerência a respeito das personagens, temas e trabalhos, cuja matriz principal estaria na produção de Antônio Luiz Paixão e Edmundo Campos Coelho (Lima & Ratton, 2011).

A interpretação sobre o grau e a qualidade da transição e consolidação democrática parece fundamentar, em parte, estas posições. Enquanto sublinhar a incompletude da transição aponta para os pressupostos valorativos e procedimentais para sua consolidação,

e a ênfase na ultrapassagem da transição à democracia conduz a uma abordagem menos politizada e mais técnica das questões de segurança pública, a contestação mesma da realidade de um regime democrático substantivo no arranjo de forças que sustenta a dinâmica político-institucional desde a Constituinte, como é o caso daqueles que afirmam a existência de um Estado de exceção permanente, impõe uma revisão crítica dos engajamentos político-intelectuais desenvolvidos.

O problema central parece residir na construção de alianças entre movimentos críticos da sociedade civil e a crítica interna realizada por setores do Estado no sentido da mudança de orientações políticas gerais e práticas específicas. A denúncia e a proposição figuram como modalidades situacionais de discurso e engajamento em períodos de crise, quando se instauram oportunidades de crítica aos pressupostos da ação pública, de legitimação de novos princípios ou de reforço a práticas de resistência à mudança, suscitando o questionamento da qualidade da democracia e do Estado de Direito e dos engajamentos constitutivos dos arranjos de força político-institucionais.

Talvez confrontar estas narrativas de fundação não fizesse sentido se elas não traduzissem uma disputa pela participação legítima em um mesmo debate e a busca por espaços de influência na formação de atores na universidade, no sistema de justiça criminal e na formação de um “campo da segurança pública”, como início da organização de sistemas de intercâmbio entre pesquisa, formação de operadores do direito e construção de políticas públicas alternativas ao monopólio do saber jurídico e policial tradicionais, em suas lógicas inquisitoriais e populistas-punitivistas. Um campo em disputa por corporações, *lobbies*, redes de políticas públicas e comunidades epistêmicas, em coalizões de ativismo e reforma (Souza, 2015), na tensão entre “agentes técnicos-pesquisadores com premissas igualitárias, agentes militares com premissas hierárquicas e políticos fazendo uma mediação de conflitos” (Bonesso, 2015).

As resistências advindas dos conflitos internos ao meio acadêmico e dos problemas na manutenção de coalizões de reforma conduzem à indagações continuadas sobre a sustentabilidade do processo de constituição de cientistas sociais como grupo dirigente. Mas diante das várias direções adotadas - mudança do perfil do cientista social, reforma do ensino das profissões já constituídas ou formação de novo profissional no campo da segurança pública -, é o caso de se constatar uma mudança substantiva nas relações entre elites intelectuais e elites políticas.

Bibliografia

BOURDIEU, P. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. *Sociologie et Sociétés*, 1979.

BONESSO, Márcio. “Política de Segurança Pública: Ciência e Gestão na Prevenção à Criminalidade em Uberlândia, Minas Gerais”. Tese em andamento. 2015.

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. Origens sociais, ascensão "profissional" e concepções de ciência social: Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Tomo – *Revista do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe*. N.22, pp.181-220, 2013.

CARVALHO, Glauber Silva de. Abordagens teóricas da violência criminal: respostas das Ciências Sociais a um momento político. Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo, FFLCH, USP, 1999.

FREITAS, Renan Springer & RIBEIRO, Ludmila M. Balanço e perspectivas da sociologia no Brasil: uma abordagem comparativa. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, p. 69-113, 2013.

_____. Some Current Developments in Brazilian Sociology of Crime: Towards a Criminology?. *International Journal of Criminology and Sociology*, v. 3, p. 175-185, 2014.

FUKS, M. Definição da Agenda, debate político e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, v.49, pp.79-94, 2000

GARLAND, D. Disciplining criminology? In: *Sistema Penal & Violência*, 2009.

GUSFIELD, J.R. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago/London, The University of Chicago Press, 1981.

HAAS, P. M. Epistemic Communities and International Policy Coordination. In: *International Organization*, n.46, 1-35, 1992.

KALUSZYNSKI, M. & WAHNICH, S. (ed.). *L'État contre la politique ? Les expressions historiques de l'Etatisation*, Paris, 1998.

KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. In: *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 1, número 1, pp. 79-92, 1º semestre de 1996.

KANT DE LIMA, R.S.; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. In: *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.50, pp.45-123, 2000

LAVALLE, A. G.; BÜLOW, M. V. Sociedade civil e institucionalização da intermediação: Brokers diferentes, dilemas semelhantes. *Política & Sociedade*. V.13, n.28, 2014.

LESSA, Renato (2010). “O campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista”. In: C. B. Martins (org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, p. 13-49.

_____. (2011). “Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil”. *Lua Nova*, São Paulo, 82: 17-60.

LIMA, R.S.; PAULA, Liana de (orgs.), *Segurança Pública e Violência – o Estado está cumprindo o seu papel?* São Paulo: Contexto, 2006.

_____. e outros. Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas últimas duas décadas (1990-2000). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/FAPESP, 2009.

_____. *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. & RATTON, J. L. (Org.). *As Ciências Sociais e os pioneiros no estudo do crime, da violência e dos direitos humanos no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, 2011.

LOPES, Edson. *Política e segurança pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

MALAGUTI BATISTA, V. Prefácio. In: LOPES, Edson. *Política e segurança pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011

MEDVETZ Thomas, « Les think tanks aux États-Unis » L'émergence d'un sous-espace de production des savoirs, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2009/1 n° 176-177, p. 82-93. DOI : 10.3917/arss.176.0082

MICELI, Sérgio. *A desilusão americana*. Relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo, Sumaré/Idesp, 1990.

MUCCHIELLI, L. *La découverte du social: naissance de la sociologie en France, 1870-1914*, Paris, 1998.

PAVEZ, T. R.; GONÇALVES, R. R.; TOLEDO, D. G. C. de; CARDOSO, S. A. Redes sociais e segurança pública: características e reflexões à luz do processo preparatório para a 1ª Conseg. In: *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Ano 5, ed. 9, São Paulo, 2011.

PRADAL, Fernanda Ferreira. *Política e Segurança Pública no Brasil: uma problematização da perspectiva especialista liberal*. Dissertação. Pós-Graduação em Direito – PUC/RJ, 2013.

RAMOS, S. *Respostas brasileiras à violência no campo da segurança pública - os movimentos sociais e as organizações não-governamentais*. Tese em Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

SADEK, Maria Tereza. Estudos sobre o Sistema de Justiça. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)*. v.4. São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília, DF: Capes, pp.233-266, 2002.

SAPORI, Luis Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. Entrevista com Luiz Eduardo Soares. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182 – 198, 2001.

SOUZA, Robson Sávio Reis. *Quem comanda a segurança pública no Brasil?* Editora Letramento, 2015.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Violências e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

VASCONCELOS, F. T. R. Esboço de uma sociologia política das ciências sociais contemporâneas (1968-2010): a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil. Tese em Sociologia, USP, 2014.

ZALUAR, A. Violência e Crime. In: MICELI, Sergio (org.) O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995), vol. 1: Antropologia. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

ANEXO

Pesquisadores em cargos de governo e funções públicas

Pesquisador	Cargo/Função
Alba Zaluar	-Assessora Especial de Segurança Participativa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, PCRJ (2001-2002)
Ana Lucia Pastore Schritzmeyer	-Superintendente de Prevenção e Proteção Universitária (04/2014 - 01/2015)
Ana Paula Miranda	- Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - RIOSEGURANÇA, ISP, Brasil (2003 – 2008) - Integrante do Comitê Executivo Frente de Segurança do Governo do Estado do Rio de Janeiro (01/2006 - 02/2008) - Coordenadora Geral de Projetos na área de Formação Policial para docentes das Polícias Civil e Militar, para Conselhos Comunitários e para Instrutores em Direito Internacional dos Direitos Humanos entre 2006 e 2008. - Presidente do Conselho das Entidades de Classes das Polícias Civil e Militar (Consepol) (02/2006 - 10/2006) - Coordenação geral da consultoria de pesquisa realizada para a confecção do Plano Municipal de Segurança de Teresópolis - RJ
André Zanetic	Consultor da SENASP (2012-2013) Técnico na Coordenadoria de Análise e Planejamento. SSP-SP
Arthur Trindade Maranhã Costa	-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (2014-)
Bárbara Musumeci	- Subsecretária de Segurança da Mulher do Rio de Janeiro (2002) - Subsecretária Adjunta de Segurança Pública do Rio de Janeiro (1999 – 2000) - Integrante da equipe da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, responsável pela implantação do Programa Estadual de Segurança da Mulher
César Barreira	-Diretor Geral da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (2011-2012)
Cláudio Beato Filho	- Consultor em diversos estados brasileiros e países da América Latina para o desenvolvimento de programas e projetos de controle e prevenção da violência - Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Minas Gerais - Coordenou o programa de governo em Segurança Pública do então candidato ao governo de Minas, Antonio Anastasia (PSDB), em 2010, e de Aécio Neves (PSDB) para a presidência em 2014.
Cristina Neme	- Pesquisadora da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo

	- Coordenadora-Geral de Pesquisa e Análise da Informação do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública da SENASP
Jacqueline Muniz	- Diretora do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública SENASP/Ministério da Justiça (2003) - Diretora da Secretaria de Segurança Pública (1999) Governo do Estado do Rio de Janeiro. - Coordenadora Setorial de Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (2002)
José Luiz Ratton	- Assessor Especial do Governador de Pernambuco para a área de Segurança Pública (entre janeiro de 2007 e agosto de 2012). - Professor da Disciplina Defesa Social no VI Curso Superior de Polícia, resultante de Convênio de Cooperação Técnica entre a Polícia Militar de Pernambuco e a Fundação Joaquim Nabuco.
José Vicente Tavares dos Santos	- Coordena o Curso de Especialização em Segurança Pública da UFRGS (desde 1995), participante da RENAESP/SENASP MJ - Membro do Conselho Municipal de Justiça e Segurança da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, PMPA, Brasil (2005 – 2005) - Formulador do Programa de governo do PT em Segurança Pública para as eleições presidenciais (2010).
Julita Lemgruber	-Ouvidora de Polícia da SESP-RJ (1999-2000) -Diretora do DEPEN-RJ (1991-1994)
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro	-Coordenadora do Curso de Capacitação em Técnicas Quantitativas e Análise Criminal, ISP-RJ (2006) -Coordenadora da área de planos municipais de segurança pública do Viva Rio (2007-2009)
Luís Flávio Saporiti	- Secretário Adjunto de Segurança Pública e Defesa Social de Minas Gerais (2003-2007) - Secretário Municipal de Segurança Pública em Betim – MG (2015)
Luiz Eduardo Soares	-Secretário Municipal de Valorização da Vida e Prevenção da Violência de Nova Iguaçu (RJ), de 2007 a 2009 -Secretário Nacional de Segurança Pública (2003) -Consultor responsável pela formulação de uma política municipal de segurança em Porto Alegre (2001). -Coordenador de segurança, justiça e cidadania do Estado do RJ (1999/março 2000).
Renato Sérgio de Lima	-Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Paulo de Mesquita Neto	-Membro do conselho consultivo da Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo -Secretário-Executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência -Formulador do Programa Estadual de Direitos Humanos de São Paulo
Paulo Sérgio Pinheiro	-Membro da Comissão Nacional Verdade, Brasília (2011-)

	<ul style="list-style-type: none"> -Secretário de Estado dos Direitos Humanos, com status de Ministro, na presidência de Fernando Henrique Cardoso -Relator do Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH, em suas duas primeiras versões em 1996 e 2002. -Comissionado e Relator da Infância da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, CIDH, Organização dos Estados Americanos, OEA, Washington. -Membro do grupo de consultores internacionais do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, ICRC, Genebra. -Relator Especial da ONU para a Situação dos Direitos Humanos em Burundi de 1995 a 1998 e em Myanmar de 2000 a 2008.
Túlio Kahn	<ul style="list-style-type: none"> -Consultor da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, atuando na Coordenadoria de Análise e Planejamento de 2003 a 2011. -Coordenador do Disque-Denúncia no Estado. -Diretor do Departamento de Cooperação e Articulação das Ações de Segurança Pública do Ministério da Justiça no final do governo Fernando Henrique Cardoso -Gestor estadual do programa de Ensino a Distância da Senasp - Assessor de gabinete da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, entre 1997 e 1998. -Membro dos conselhos estadual e municipal de segurança pública de São Paulo. -Gestor do sistema INFOSEG do Ministério da Justiça em 2002 e desde 2003 é um dos responsáveis pelo aperfeiçoamento do sistema INFOCRIM na Secretaria de Segurança Pública. -Coordenador do relatório brasileiro sobre o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1992) e um dos autores dos relatórios brasileiros relativos às Convenções da ONU sobre tortura e contra discriminação racial (1996). Também colaborou na elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos (1996) -Um dos mentores e autores do Plano Nacional de Segurança Pública, lançado em 2000 pelo Ministério da Justiça. -Formulador do plano de governo em segurança pública do candidato à presidência do PSDB (2010).